

Direito de dispensa (*)

Deixe-se a hipocrisia de lado para admitir que o rompimento antecipado de contratos é prática comum no universo dos negócios jurídicos. O ideal seria que findassem de morte natural, com o encerramento do prazo de vigência ou a conclusão da obra contratada. O desejável, porém, nem sempre acontece. Casos de rescisão prematura são comuns nas construções de imóveis, em compras e vendas de veículos, entre locadores e locatários, no meio futebolístico e até no matrimônio, considerado sacramento pela Igreja Católica, mas tratado na lei civil como modalidade singular de contrato.

O contrato de trabalho pertence à esfera dos negócios jurídicos vinculados ao direito privado. Ao regulamentá-lo, entretanto, o legislador observou que empregadores e empregados não se encontram em posição de equilíbrio e igualdade. É por isso que a legislação social assegura numeroso rol de garantias aos assalariados, como salário mínimo, limitação da jornada, descanso semanal, férias anuais e 13º terceiro salário. Normas específicas, por sua vez, acentuam a proteção devida à mulher, à maternidade, ao menor, à saúde e à segurança. Entre as garantias constitucionais ganham destaque o direito de greve e a liberdade de organização sindical, embora esta se encontre subordinada ao modelo corporativo fascista, copiado pela Carta de 1937.

Em períodos de recessão, quando os mercados ficam debilitados e as empresas passam a experimentar repetidas perdas de receitas, uma das perguntas que se fazem é sobre o destino da força de trabalho. A resposta habitual, não obstante amarga, tem consistido no rompimento unilateral de contratos, recorrendo-se às demissões coletivas.

A legislação autoriza a demitir. A estabilidade no emprego é garantia prevista, mas em caráter excepcional e por tempo limitado, como se dá com a gestante, com o acidentado, com o dirigente

sindical. A regra geral está lançada no artigo 7º, I, da Constituição federal, cuja combinação com o artigo 10, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, legitima a rescisão sem justa causa mediante indenização compensatória.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no texto original, assegurava estabilidade àquele que completasse dez anos de serviços efetivos na mesma empresa. Para este a demissão só seria aceita na rara hipótese de força maior ou pela prática de falta muito grave, apurada em inquérito judicial.

A longa experiência com a estabilidade não surtiu bons resultados. Para substituí-la criou-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instituído pela Lei nº 5.107, de 1967. A primeira reação do movimento sindical foi forte, mas de curta duração, como relatou o falecido senador baiano Luiz Viana Filho no livro O Governo Castelo Branco. Com o tempo os aspectos positivos do FGTS se sobressaíram e o moderno instituto passou a ser encarado como conquista dos trabalhadores, vindo a ser incluído no elenco dos direitos constitucionais em 1988.

A crise que o Brasil atravessa, como reflexo da débacle da economia mundial, recoloca em pauta o problema das dispensas. Nas últimas semanas repetiram-se, de forma assustadora, informações sobre desligamentos coletivos, já

consumados ou apenas programados, em todos os países industrializados. Entre nós, foram ensaiadas algumas tentativas de negociação entre associações patronais e centrais sindicais, logo interrompidas por insuperáveis divergências de pontos de vista.

O governo bem que tentou subestimar a gravidade da recessão. De início procurou nos convencer de que não passava de reles "marola", incapaz de realizar a "travessia" do Oceano Atlântico. Pressionado pelos fatos, passou a cogitar de ações preventivas, na forma de financiamento

"A longa experiência com a estabilidade não surtiu bons resultados. Para substituí-la criou-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instituído pela Lei nº 5.107, de 1967. A primeira reação do movimento sindical foi forte, mas de curta duração"

EDITORIAL

↳ Direito de dispensa

■ Páginas 01 e 02

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

FIQUE SABENDO

↳ Stephanes anuncia R\$ 2,5 bilhões para financiar estocagem de etanol

↳ Renda agrícola cai 8,4% e deve chegar a R\$ 149,6 bilhões em 2009

↳ Ruralistas tentam evitar protestos na Argentina

↳ O Estado de Direito é Fundamental

■ Páginas 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ Importações caem, mas pecuaristas brasileiros continuam preocupados com leite argentino

■ Páginas 05

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 03/03/09

■ Página 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 542

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
João Ribeiro Crisóstomo - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Fruticultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

aos empresários. Alimentou infundadas esperanças, no final do ano, determinando à população que fosse às compras. De concreto, entretanto, tivemos apenas, no campo das reformas, a ortográfica, cujos objetivos permanecem insondáveis, mas têm certamente que ver com interesses de grandes editoras.

Não percebo como fugir às demissões coletivas. O setor automotivo, considerado carro-chefe no mercado de trabalho, enfrenta graves dificuldades decorrentes da retração dos consumidores e do acúmulo de gigantescos estoques de veículos novos, seminovos e usados. Problemas semelhantes afetam os demais setores da economia.

A CLT limita-se a disciplinar as demissões personalizadas. Nesse sentido, quando não houver justa causa, assegura, além do aviso prévio, a liberação dos depósitos do Fundo de Garantia, acrescidos da multa de 40% calculada sobre o valor atualizado; ordena o pagamento de férias e 13º proporcionais aos meses trabalhados; e, em determinada situação, o empregado receberá um salário adicional, a título de indenização especial.

Dos desligamentos coletivos, em épocas de crises econômicas, não trata a velha Consolidação. É como se existissem ou não fossem mais do que mero somatório de despedidas isoladas.

O amparo ao dispensado, no Brasil, é bastante razoável, porque, além dos valores de conteúdo indenizatório, será ele beneficiado pelo seguro-desemprego, pago por período que irá de três a cinco meses.

Mais de 20 anos desfilarão diante do Congresso Nacional desde que foi promulgada a Constituição de 88. O dispositivo que cuida de proteger o empregado contra demissões arbitrárias ou sem justa causa (artigo 7º, I) permanece, como tantos outros, no aguardo de regulamentação. Quando e como virá, se for aprovada? Ninguém pode prever. Até lá, não há como recusar ao empregador o direito de demitir um, dez, cem ou todos os empregados.

Pode parecer trágico, mas é a nossa dura realidade.

(*) Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de 23 de janeiro de 2009, de autoria de Almir Pazzianotto, ex-Ministro do Trabalho e ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Eventos

Palestra: O Grupo de Estudos "Luiz de Queiroz" (GELQ), realizará nos dias 18 e 19 de março de 2009, em Piracicaba-SP, no Pavilhão de Engenharia - ESALQ (Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"), o Ciclo de Palestras "Gestão da Cadeia Produtiva do Etanol", O Ciclo de Palestras tem como público alvo alunos de graduação e pós-graduação, produtores, empresários, técnicos, pesquisadores e administradores ligados ao setor sucroalcooleiro. Serão abordados temas que envolvem o planejamento, controle da produção e operações agrícolas e colheita, contribuindo assim para a difusão de conhecimentos e tecnologia no tema em questão. Informações: telefone (19) 3429-4115 – ramal 38; E-mail: camila.saigh@usp.br e site: www.gelq.com.br

Simpósio: Realizar-se-á no período de 31 de março a 2 de abril próximo, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nês, em Chapecó-SC, o X Simpósio Brasil Sul de Avicultura, uma promoção da Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária – Núcleo Oeste e Embrapa Suínos e Aves. ao evento são aguardadas mais de 1.200 pessoas entre profissionais e estudantes para debater as tendências de mercado, desafios da produção, rumos da nutrição, manejo e sanidade para a avicultura. Outra novidade dessa décima edição será o 1º Brasil Sul Poultry Fair, uma feira de negócios que vai reunir a cadeia produtiva, apresentar as novidades e lançamentos nos setores de nutrição, sanidade e equipamentos. A feira será um espaço onde as geradoras de tecnologias, empresas públicas ou privadas participarão da construção do network e do aprimoramento técnico dos congressistas. Informações: telefone (49) 3329-1640; E-mail nucleovet@nucleovet.com.br e Site www.nucleovet.com.br

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL É OBRIGATÓRIA E ENTRE AS SANÇÕES ESTÁ A COBRANÇA JUDICIAL.

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Stephanes anuncia R\$ 2,5 bilhões para financiar estocagem de etanol

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, anunciou, no dia 5 de março último, que o governo vai liberar R\$ 2,5 bilhões para o programa de financiamento da estocagem de cinco bilhões de litros de etanol na safra 2009/2010. "A intenção é proporcionar melhores condições para a equalização de preços entre o açúcar e o etanol e o adequado abastecimento interno, evitando problemas no período de entressafra", explicou o ministro.

A crise financeira internacional provocou, segundo Stephanes, forte restrição na obtenção de financiamentos para capital de giro, agravada pela falta de garantias reais não comprometidas. Os recursos estarão disponíveis a partir de maio, quando começará a moagem da cana-de-açúcar.

"O financiamento para o carregamento de estoques é um importante instrumento comercial que não vinha sendo utilizado pelo setor. Sua implementação é fundamental para o bom comportamento do mercado", informou o secretário de Produção e Agroenergia, Manoel Bertone.

O programa - Os recursos são do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES). O volume a ser financiado é de 3,3 bilhões de litros e o preço de referência será de R\$ 0,70 por litro de etanol. A garantia será na proporção de 1,5 litro para cada litro financiado. O prazo de financiamento é de seis meses, de acordo com o plano de estocagem apresentado por empresa.

O governo federal utilizou este programa de financiamento para estocagem até a safra 2004/2005. Com esta medida, o governo concede financiamento às usinas mediante a garantia do estoque de etanol. Isso reduz a oferta do produto durante a safra e evita que os preços fiquem abaixo do custo de produção ou que se elevem na entressafra, de janeiro a março, quando os estoques das usinas são liberados com os vencimentos dos contratos.

Produção - Na safra 2008/2009, a produção de etanol do Brasil chegou a 27 bilhões de litros. Para a próxima safra, a previsão é atingir 28 bilhões de litros. O incremento deve atender ao aumento do ritmo dos veículos com tecnologia *flex fuel*. O consumo interno de etanol deve passar de 21 bilhões de litros, em 2008, para 23 bilhões de litros, este ano.

Renda agrícola cai 8,4% e deve chegar a R\$ 149,6 bilhões em 2009

A estimativa da renda agrícola para este ano aponta queda de 8,4% comparada aos resultados de 2008, sendo que os maiores prejuízos são para o milho, soja e café. Em valores absolutos, a renda deverá ser de R\$ 149,6 bilhões, R\$ 13,7 bilhões menor que no período anterior (R\$ 163,4 bilhões).

O Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico, do Ministério da Agricultura, José Garcia Gasques, assegura que esse resultado reflete dois aspectos: a baixa produção de grãos, devido especialmente aos problemas climáticos na região Sul e em outros estados, e aos preços mais baixos dos produtos agrícolas. Ainda de acordo com Gasques, a estimativa para 2009 está muito próxima ao da renda de 2003, que foi de R\$ 148,5 bilhões.

Entre os vinte produtos já analisados, cinco apresentaram aumento de renda em relação ao ano passado. Os maiores incrementos foram no amendoim (31,3%), laranja (13,6%) e arroz (12,7%). Para Gasques, estes resultados se devem à maior produção ou pelo melhor preço, ou, ainda, a combinação dos dois fatores.

Prejuízos - A redução de renda em 2009 acontece principalmente pelo baixo desempenho de importantes lavouras na formação da renda da agricultura. O coordenador do Ministério da Agricultura explica que as baixas ocorridas no café, milho e soja manifestam-se com elevada intensidade no resultado total, pois essas três lavouras representam 45,6% do valor da produção agrícola. Milho e soja, isoladamente, respondem por 38,6%. Deste modo, o desempenho dessas lavouras tem efeito insatisfatório na formação da renda. Gasques destaca que a menor renda de milho e soja deve-se a problemas climáticos e do café ocorre pelo que se chama de bialidade - um ano de boa produção vem acompanhado de outro de menor produção -, como é o caso da safra atual.

Os preços foram outro fator responsável pela queda de renda. Os valores vigentes no período de cálculo da renda são menores do que a média dos utilizados para se obter a renda do ano anterior. "Com base nesses dados, a produção menor e os preços mais baixos direcionam a agropecuária brasileira a uma perspectiva, até o momento, não muito animadora", pondera Gasques.

Ruralistas tentam evitar protestos na Argentina

Depois de seis dias de greve nacional e protestos em diferentes cidades do País para exigir medidas de incentivo à produção, as principais associações de produtores rurais da Argentina reuniram-se com autoridades do governo Cristina Kirchner para tentar chegar a um acordo capaz de evitar uma nova onda de manifestações, similar à vivida pelos argentinos no primeiro semestre de 2008. De acordo com estimativas de economistas privados, a política intervencionista do governo Kirchner - que cobra tributos sobre as exportações de grãos, as chamadas retenções - a seca (a pior dos últimos 60 anos) e a queda nos preços internacionais provocarão este ano um prejuízo em

torno de US\$ 11 bilhões aos produtores rurais argentinos.

Uma das principais demandas do setor é o fim das restrições aplicadas às exportações de trigo, medida defendida pelo Brasil, um dos principais compradores do trigo argentino. Após as discussões, o Presidente da Federação Agrária Argentina, Eduardo Buzzi, disse que o encontro teve resultados parciais, como a eliminação de retenções para as exportações de trigo e leite, mas lamentou a falta de medidas para os produtores de soja e girassol. O governo também aceitou aplicar subsídios para produtores de carne e reduzir as retenções para alguns produtos regionais.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

O Estado de Direito é Fundamental

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, entidade que representa os produtores rurais atingidos pelas 1.667 invasões ilegais de terra praticadas nos últimos seis anos pelo MST, vem a público solicitar atenção do Congresso Nacional, do Ministério Público, do Poder Judiciário e da sociedade brasileira, para os seguintes pontos: 1) o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, cumpre com rigor e responsabilidade institucional seu papel de guardião da Constituição e do Estado de Direito ao declarar que foge à lei a concessão de financiamento público a entidades que promovem invasões ilegais de propriedades públicas e privadas; 2) o MST é uma entidade ilegal que pratica crimes em série. Seus líderes comandam grupos que seqüestram, vandalizam, torturam e matam; 3) comprometido com a intolerância e a violência, o MST tornou-se uma das maiores fontes da insegurança jurídica que pesa sobre o Brasil e que impõe prejuízos incalculáveis a todos nós, brasileiros; 4) lamentavelmente, o MST conta com a complacência de autoridades do governo federal e recebe financiamento público para suas ações ilegais. Quem financia as jornadas de crime e de terror do MST é o cidadão brasileiro honrado, que tem a cultura dos direitos e dos deveres; 5) nenhuma nação avança quando falta confiança na força que emana das regras livremente construídas e respeitadas. Nós, produtores rurais, assim como todos os brasileiros, precisamos de estabilidade e de respeito às leis para trabalhar e produzir.

pequenas NOTAS



Custos de produção crescem na suinocultura: Com o preço em queda desde novembro e os custos de produção em elevação, devido à quebra de safra no Sul do Brasil, na Argentina e no Paraguai, suinocultores de Santa Catarina colocam granjas à venda e os de São Paulo perdem até R\$ 60,00 por animal vendido. A crise mundial reduziu o ritmo das exportações de carne suína. Neste começo do ano, os portos da Rússia, destino de 70% dos embarques brasileiros, estão paralisados, por causa do inverno. Tudo num período em que a demanda interna costuma ser baixa. Responsáveis por mais da metade do custo de produção dos suínos, os preços de soja e milho já aumentaram 12% e 6%, respectivamente, desde novembro. No período, o preço do suíno recuou de R\$ 51,00 para R\$ 38,60, queda de 24,3%. Produtores estão “literalmente quebrando”, alerta o presidente da Associação Paulista de Suinocultores, Valdomiro Ferreira. Há três anos o setor aumenta a produção. Agora, com menos vendas para o exterior, o excedente no mercado interno atingiu os preços. O consumidor começa a pagar menos pelo produto.



Preços devem ficar em baixa: Os preços dos alimentos no Brasil devem continuar em queda até o final do ano, em função da redução da demanda mundial causada pela desaceleração da economia. Segundo especialistas, o cenário atual não apresenta sinais de reaquecimento, o que deve fazer com que os produtos alimentícios continuem chegando mais baratos à mesa do consumidor. O movimento segue na direção contrária à observada antes da crise econômica mundial, quando o aumento da cotação das *commodities* agrícolas era o grande causador da inflação nacional. De acordo com o coordenador da Assessoria Técnica da FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais), Pierre Santos Vilela, o principal motivo para a queda nos preços é o recuo das exportações das *commodities* agrícolas, o que aumenta a oferta e reduz a cotação no mercado interno. Ainda não há fatores que levem a crer em uma retomada na procura internacional pelos produtos agropecuários brasileiros. Segundo o coordenador da FAEMG, é possível esperar que até o final do primeiro semestre os preços continuem a cair.



Rússia cobra postura ativa dos frigoríficos brasileiros: Um dos principais compradores de carnes nacionais reclama uma presença mais ativa dos exportadores brasileiros. Em visita à Rússia, uma missão do governo brasileiro ouviu queixas de autoridades e importadores russos de que as empresas brasileiras têm feito pouca pressão para contrabalançar o forte lobby dos exportadores dos Estados Unidos. Candidata a entrar na OMC (Organização Mundial do Comércio), a Rússia tem feito concessões a parceiros comerciais, mas reduziu alguns espaços ocupados por produtos do Brasil. Segundo as autoridades russas, poucas empresas têm escritórios em Moscou e as associações de classe mantêm uma atuação discreta para os padrões locais. O tema é importante porque até o fim de março a Rússia deve redistribuir a cota de carne bovina a outros países, além dos Estados Unidos e da UE (União Européia). Boa parte deve ficar com o Brasil porque a UE não tem cumprido suas cotas, preferindo direcionar ao mercado interno dos 27 países-membros. Há escassez de carne bovina na Rússia e os preços estão altos, constataram os membros da missão brasileira.

Importações caem, mas pecuaristas brasileiros continuam preocupados com leite argentino

As importações brasileiras de lácteos da Argentina registraram em fevereiro queda de 49,25% em valores na comparação com janeiro, totalizando US\$ 11,967 milhões. Em volume, o total adquirido do País vizinho no mês passado foi de 5,899 milhões de toneladas, redução de 49,03% em relação ao mês anterior. Os dados foram apresentados durante reunião da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), realizada no dia 4 de março último, em Brasília. Apesar da retração, produtores de leite ainda estão preocupados e não descartam a possibilidade de pedir a retomada de uma investigação das práticas de exportação adotadas pelos argentinos.

O motivo é a suspeita de que o produto argentino esteja sendo comprado de outros países e repassado ao Brasil por preços subsidiados na origem, prejudicando a produção nacional, o que fez algumas indústrias nacionais optarem pelo leite argentino em detrimento do brasileiro. Mesmo com a queda, a parcela do produto vinda do país vizinho, que correspondeu a mais de 80% do total em janeiro, ainda continuou alta em fevereiro, respondendo por 73% em valores e 69,6% em volume, superando as médias mensais verificadas durante todo o ano de 2008. “Há uma preocupação sim de irmos mais além se esta prática continuar. Estaremos atentos a isso”, disse o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim.

Ele lembrou que esta mesma prática ocorreu no passado, o que levou o Brasil a adotar medidas de defesa comercial contra os argentinos no fim dos anos 90, com aplicação de tarifas e a adoção de preços mínimos, que expiraram em fevereiro de 2008. “Conseguimos coibir práticas desleais e promover o crescimento da produção brasileira, aumentando a produção para abastecer o mercado interno e gerar excedentes para exportação”, enfatizou. Segundo relato de Alvim, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estiveram no encontro da comissão para relatar as ações feitas pela pasta para conter as práticas adotadas pela Argentina.

Entre as ações já realizadas, mencionou, estão o aumento da fiscalização dos padrões de qualidade e o encaminhamento de ofícios a outros ministérios pedindo providências para investigação de origem dos produtos importados. “O Mapa está sensível ao problema. Seus técnicos estão agindo rápido, indo aos portos para pegar amostras do leite importado para verificar os padrões sanitários”, enfatizou.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 3 de março de 2009

Tema: Atuação do Sebrae no Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira no Estado do Ceará
Palestrantes: José Vandi Matias Gadelha, Articulador de Agronegócio do SEBRAE/CE e Raimundo José Couto dos Reis Filho, Mestre em Produção Animal e Consultor do SEBRAE/CE



O Sr. Coordenador Torres de Melo abriu a reunião fazendo uma panorâmica sobre a trajetória do Agropacto nos 13 anos de existência e apresentando convênio com a AJE, para realização do PER, disse da sua importância e passou a palavra ao Presidente da AJE, Sr. João Rafael Furtado que iniciou com a informação de que a AJE estava completando 21 anos, que o convênio era inédito e muito bem-vindo. Fez algumas explicações sobre as dificuldades em atrair o jovem para o agronegócio e que nos moldes do convênio, auxiliaria nesse sentido. Passaram à assinatura do referido convênio e o Sr. Coordenador passou a palavra ao primeiro palestrante, Sr. José Vandi Matias Gadelha, que iniciou dando uma panorâmica do trabalho do Sebrae na atividade e mostrou um quadro de produção mundial de leite 2003 a 2008, o Brasil saindo de 22.966 em 2003, para 30.274 toneladas em 2008, estando os Estados Unidos com 85.947, e a União Européia com 133.170. A produção dos Estados do Nordeste em 2007, 3.335.286 litros, sendo o Ceará com 314.453 litros. Apresentou as Área

de atuação: ações espontâneas no Estado do Ceará, Atendimento Integrado Regional e DIPR – Desenvolvimento Integrado da Propriedade Rural; Ações de projetos: Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira do Sertão Central, Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira de Jaguaribe-CE, Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira de Iguatu, Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira da Região Metropolitana, Apoio à Bovinocultura Leiteira da Região de Crateús. Como público-alvo: Produtores Rurais integrantes da cadeia produtiva do leite; e Pequenas Agroindústrias de laticínios instaladas nas regiões de atuação dos projetos. Objetivo: Promover o desenvolvimento da Bovinocultura leiteira; Geração de renda; e Sustentabilidade das unidades produtivas atendidas. Disse que os Focos estratégicos eram: Melhoria do suporte alimentar; Melhoria dos aspectos sanitários do rebanho; Melhoria genética do rebanho; Incremento da produtividade; Aumento da produção; Cultura da Cooperação; Acesso a mercado; Adequação a Legislação das Agroindústrias de beneficiamento de leite; Melhoria da qualidade do leite e derivados; e qualificação da mão-de-obra produtiva. E os Resultados esperados: Aumentar o faturamento das empresas beneficiadas; Redução do intervalo de partos para patamares aceitáveis; Aumentar a taxa de prenhes do rebanho assistido; Ampliar as reservas estratégicas de alimentos; Aumentar o número de laticínios contemplados com o SIE e/ou SIF; Aumentar a vacinação contra brucelose em bezerras; Reduzir a incidência de mamites; Contribuir para a erradicação definitiva da aftosa no Estado; Elevar a produtividade e, conseqüente produção de leite; Melhoria dos aspectos gerenciais da atividade em nível empresarial. As Premissas: Manutenção e ampliação de parcerias; Garantia de financiamento para investimento no setor; A não ocorrência de condições climáticas adversas e prolongadas; Erradicação da aftosa no Estado do Ceará; Controle da instabilidade de preços do leite a nível de

produtor; Garantia de estabilidade econômica no custo de insumos; Aumento de consumo de leite e derivados. Com as seguintes Ações: Estruturação do Projeto; Gestão e monitoramento do projeto: Atividades relacionadas à gestão e monitoramento do projeto, à mobilização e arregimentação do público-alvo e de parceiros, visando ao envolvimento e ao comprometimento no projeto, compreendendo pessoal de gestão e de suporte administrativo, equipamentos, veículos, diárias, passagens, combustível e outros relacionados a esta atividade; Acompanhamento da execução das mensurações: Levantamentos periódicos e demais procedimentos necessários à mensuração dos resultados do projeto à luz dos seus objetivos e ações; análise e interpretação dos relatórios de pesquisa. Acompanhamento da execução das avaliações: Avaliação do projeto e sua revisão com vistas à melhoria de desempenho e aumento da efetividade. Ações: Consultorias tecnológicas e gerenciais; Capacitações tecnológicas e gerenciais; Palestras, Oficinas e Seminários; Promoção e acesso a eventos e outras ações, como Pesquisas, diagnóstico do setor, editoração de publicações, etc. Recursos para o triênio 2009/2011: SEBRAE/CE: R\$ 1.797.850,00 – 61,3%; Parceiros: R\$ 1.136.300,00 – 38,70%, num total de R\$ 2.934.150,00. Finalizou apresentando os parceiros e deixando o seu contato para dar maiores esclarecimentos: vandi@ce.sebrae.com.br. Em seguida, o Sr. Coordenador passou a palavra ao segundo palestrante, Sr. Raimundo Reis, que iniciou agradecendo ao convite para apresentar os trabalhos realizados em 2008, sendo uma satisfação o retorno ao Agropacto, espaço nobre e diferenciado do Estado do Ceará. Apresentou fotos da atividade leiteira no Ceará, mostrando a realidade no Ceará: baixo nível tecnológico, baixa produtividade, parque industrial limitado (capacidade de processamento), baixo nível de organização setor, cadeia produtiva desarticulada. Mas que existia um potencial e que a produção de leite estava presente no meio rural, tinha importância sócio-econômica importante e seria necessário melhorar do nível tecnológico, da produtividade, aumento da captação de leite no estado – 72% (1997 a 2007), realização de ações conjuntas, implantação da Câmara Setorial do Leite e Conleite. Mostrou tabelas de captação de leite no Brasil e outras regiões em 2006 e 2007, o Nordeste com 1.038.676 (em mil litros) em 2007 (5,66% de participação no Brasil), o Ceará com 152.770 (em mil litros). Apresentou as ações do Sebrae para desenvolvimento da bovinocultura leiteira: 10 seminários (1.122 participantes), 43 cursos, (633 treinandos). Estudo da cadeia produtiva do leite no Ceará: levantamento de dados estatísticos; pesquisa de campo; realização de painéis. Produto: publicação do estudo - dois volumes. Ações contempladas: Programa GERALITE - Assistência Técnica a Produtores de leite e cursos para produtores rurais, 2º FESTLEITE (objetivo de Divulgar ações da cadeia produtiva da bovinocultura leiteira, promovendo o município como a maior Bacia Leiteira do Estado), Diagnóstico e Plano Estratégico Junto a Grupos de Produtores (2008) (Iguatu, Jaguaribe e Acopiara), resultando num Plano Estratégico do Grupo de Produtores. Especificou ainda diversas ações importantes, como missões técnicas, visitas, participações em exposições, etc. Finalizou dizendo as ações previstas para 2009: Geraleite – Quixeramobim e Quixadá; Consultoria Empresarial – Queijarias e pequenos laticínios – Jaguaribe/ Morada Nova/ Limoeiro do Norte/ Tabuleiro do Norte/ Quixeramobim/ Jaguaribetama; diagnóstico e assistência técnica – Iguatu, Acopiara, Jaguaribe, Icó; assistência técnica a produtores – Região Metropolitana e região de Crateús; organização do ENEL – Fortaleza. Deixou o seu e-mail para contatos: rdoreis@leiteenegocios.com.br.

Debates

O Sr. Coordenador abriu os debates dizendo que, quando procurados pela AJE, manifestaram uma preocupação no sentido de que no PER mesclavam as turmas, de modo que tenham pessoas de todas as faixas etárias, pois havia um envelhecimento da atividade em todos os países, mas que diminuirá a intensidade agora que havia o conhecimento de que a agricultura não era mera

fornecedora de matéria-prima, que ela tinha condições de contribuir com desenvolvimento. Fez mais algumas observações e passou a palavra ao Sr. Antonio Bezerra Peixoto solicitou falar um pouco sobre preço do leite e sobre capacitação do produtor. A Sra. Rosália Aguiar perguntou em termos de nível tecnológico, qual o percentual de agricultura intensiva, semi-intensiva e onde essa agricultura intensiva estava sendo aplicada com sucesso e economicidade; se tinham conhecimento e se o Sebrae teria condições de aproveitar e incentivar o desenvolvimento da pesquisa do Sr. Aníbal Arruda, que aproveita a palha da carnaúba e o pedúnculo do caju para fazer ração; entre outras considerações. O Sr. José Trajano disse ser um defensor ideológico da cajucultura, parabenizou o Sr. José Maria Pimenta pelo trabalho realizado em Pacajus no lançamento da agricultura familiar e fez outras observações sobre matérias nos jornais do dia. O Sr. Raimundo Reis deu respostas, entre elas: que o preço do leite era uma “briga” constante, mas a câmara setorial teria papel importante nisso; que a capacitação teria que ser continuada e o resultado apareceria ao longo dos anos; que na atividade 78% dos produtores no Ceará produzem até 100 litros, 60% dos touros são mestiços, 70% apenas uma ordenha diária, 5% dos produtores resfriam o leite, então o que predominava era o sistema extensivo com baixa tecnologia, mas que existiam bons exemplos que já mostram que podem melhorar a produtividade. O Sr. José Maria Pimenta falou sobre a compra de um equipamento pela Parmalat (Morada Nova), com financiamento do BNB e da Sudene e que havia sido transferido para Santa Helena, em Goiás, e que passou seu mandato de Deputado reclamando que o equipamento teria que voltar para o Ceará. Disse que em Quixeramobim aumentavam a produção e produtividade de leite colocando taques de resfriamento. O Sr. José Vandi acrescentou que capacitação se fazia no decorrer de um processo, citou exemplos. O Sr. Coordenador falou sobre a importância de trabalhar em programas e não em atividades isoladas, e na integração com outros programas, dando seqüência ao trabalho. O Sr. Deputado Herminio Resende perguntou por que a palma e o leite de cabra davam certo na Paraíba e não no Ceará, e por que os tanques de resfriamento ainda não haviam sido instalados. O Sr. Edílson de Castro informou sobre a realização do Circuito Pecuarío do Nordeste em, 23 e 24 de março; falou sobre projeto obrigando a vacinação contra Brucelose; disse que estavam trabalhando para que o Ceará saísse da condição de risco desconhecido em relação à Aftosa. O Sr. José Sobrinho pediu notícias sobre o projeto dos APL^{IS} ligados à agropecuária e comunicou que estavam coordenando na câmara setorial do leite o setor de custeio pecuário e financeiro, a realização de suas reuniões e os avanços obtidos. Entre outras observações. O Sr. Aníbal Arruda perguntou se havia ou não déficit de derivados de leite e quanto seria. O Sr. Raimundo Reis respondeu: que existia um déficit de 40 a 50% de produtos lácteos, mas que isso acontecia porque muitos produtos não eram produzidos no Ceará, como leite em pó, e não tinham como concorrer; que a palma forrageira era viável, mas que era uma questão cultural, além do que o investimento inicial para implantação de um hectare de palma, era alto; que a produção do leite de cabra teria sucesso se fosse inserido no programa do leite; que tanques de resfriamento já estão sendo instalados, já existiam 50; que contra a brucelose tem que ter trabalho forte e a forma como vai ser implementado junto ao setor produtivo. O Sr. José Vandi respondeu que na próxima quinta-feira teriam reunião sobre os APL^{IS} e que um Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Leite no Nordeste estará sendo formatado em Recife, na próxima sexta-feira. O Sr. Coordenador fez várias considerações sobre os quilombolas e acrescentou informações sobre a cultura da Palma em Alagoas, que já é antiga e que o Senar vem realizando trabalhos no Ceará em campos de demonstração, com, o objetivo de criar uma mudança de cultura. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.